

## **OBSERVATÓRIO DEBATEU ACORDO COMERCIAL DA UNIÃO EUROPEIA COM O CANADÁ E NEGOCIAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

O observatório dos Mercados Agrícolas e Importações Agro-Alimentares tem como uma das suas funções “estar atento”, isto é, observar no seu âmbito de acção o que se passa ao nível da sociedade e agir, promovendo o debate de forma isenta e independente.

Nessa sequência, promoveu, no passado dia 26 de Setembro, em Lisboa, o Seminário sobre os Acordos Comerciais da união Europeia com o Canadá e com os Estados Unidos da América.

No actual contexto em que a União Europeia (UE) tem vindo a estabelecer cada vez mais acordos de livre comércio com países e regiões mundiais, tendo chegado recentemente a um acordo económico e comercial global com o Canadá e estando num processo de negociações com os Estados Unidos da América para um acordo Transatlântico de Comércio e Investimento, o Observatório considerou tratar-se de um tema oportuno, de tratamento exigente e de grande interesse na actualidade, tendo em conta que o debate em Portugal não tem sido o suficiente e o necessário. Apesar destes acordos serem abrangentes para vários sectores, o Observatório promoveu a discussão tendo como foco o sector agrícola, reflectindo e alertando para problemas, suas possíveis consequências e soluções.

Estes acordos terão implicações que certamente influenciarão a actividade dos sectores agrícola e agroalimentar em Portugal, enquanto membro da União Europeia. Estamos pois, perante um assunto que se reveste da máxima importância para o futuro deste sector.

Este Seminário para além da actualidade e importância do tema em discussão, constituiu um espaço privilegiado de reflexão e debate, pois contou com a presença de personalidades que são reputados oradores, nacionais, europeus e americanos, os quais suscitaram também um amplo debate com os participantes.

De forma livre, cada um teve a possibilidade de apresentar os seus pontos de vista.

Como oradores, representando a posição do Governo, participaram o Engenheiro Eduardo Diniz – Director Geral do GPP e a Doutora Maria João Botelho – Subdirectora Geral da Direcção Geral de Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Em representação da COPA-COGECA, o Engenheiro Daniel Azevedo, Director de Política Europeia;

Dos Estados Unidos da América, Rackel Bickford, Adida dos Estados Unidos da América para os Assuntos Agrícolas na Península Ibérica;

Como representantes de diversas Organizações Agrícolas nacionais, participaram o Engenheiro António Tavares, da FPAS; o Engenheiro Fernando Cardoso, da FENALAC; o Senhor Domingos Santos, da FNOP; a Engenheira Ana Soeiro, da Qualifica/origem para a Europa

A Professora Susana Fonseca da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

A moderação do debate esteve a cargo do Engenheiro José Carlos Silva Pereira, Vogal da Presidência do Observatório.

Na Sessão de abertura participaram o Doutor Jaime Mendes, Presidente do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos e a Engenheira Maria Antónia Figueiredo, Presidente do Observatório.

Contámos, na Sessão de Encerramento, com o Doutor Luis Medeiros Vieira – Secretário de Estado da Agricultura e da Alimentação, que teve oportunidade de ouvir as conclusões do Seminário, apresentadas pela Presidente do Observatório, Engenheira Maria Antónia Figueiredo.

Tendo em conta as apresentações e o debate apresentamos as principais bases do acordo e das negociações, as mais importantes ideias base e conclusões, que pretendem reflectir o que se passou no Seminário do Observatório.

## ACORDO DA UNIÃO EUROPEIA COM O CANADÁ

A União Europeia e o Canadá estabeleceram, durante 6 anos, negociações para um acordo de comércio, designado CETA (Acordo Económico e Comercial Global – Comprehensive Economic and Trade Agreement). Esse acordo foi concluído em Setembro de 2014 e espera-se agora a decisão do Conselho Europeu, sendo que a assinatura oficial prevê-se que decorra ainda em 2016, podendo mesmo ocorrer na Cimeira da UE-Canadá, de 27 de Outubro . A entrada em vigor de partes do acordo, poderá ser efectivada mal o Parlamento Europeu dê o seu aval e a sua totalidade poderá levar até 4 anos.

O conteúdo do acordo com o Canadá estabelece que a UE liberaliza para os produtos agrícolas, 93,6% das tarifas (que inclui frutas frescas e congeladas e processadas,

legumes processados e grãos, produtos bovinos processados), por seu lado o Canadá liberaliza 92% (incluindo os vinhos) e exclui 7,1% das linhas tarifárias.

As concessões da UE foram:

- Contingente (tarifa zero) de 50.000t de carne de bovina sem hormonas, que inclui 35.000 toneladas de carne fresca e 15.000 toneladas de carne processada, e 80.000t de carne de suíno, sem hormonas.
- Contingente 8.000t de milho doce, o contingente da Organização Mundial do Comércio de 38.853t para cereais passa a tarifa zero e mais um contingente temporário de 61.000t, totalizando cerca de 100.000t. Após 7 anos, o trigo de qualidade média e baixa será totalmente liberalizado.

As concessões do Canadá foram:

- Contingente tarifa zero para produtos lácteos - de 16.000t para queijos de alta qualidade e 17.000t para queijos industriais e mais 800t na quota atual da OMC.
- Protecção de 145 nomes de produtos qualificados, e um mecanismo para adicionar outros no futuro;
- Liberalização das tarifas de vinhos, bebidas espirituosas e produtos agrícolas transformados;
- Reconhecimento das normas europeias que protegem a saúde e a segurança das pessoas, os seus direitos como consumidores e o ambiente, não tendo havido um verdadeiro reconhecimento das normas europeias sobre o bem-estar animal.
- Sistema de gestão de licenças de importação para a carne de bovino, suína e queijos.

Da perspectiva dos sectores agrícolas foi referido:

#### Pecuária

No caso da carne de bovino, e no que respeita ao Acordo com o Canadá, está previsto um contingente de importação de 35.000 toneladas, de carne fresca, sem taxas aduaneiras, o que se reflecte em mais carne de bovino a entrar na Europa, numa altura em que o sector tem atravessado uma crise de preços e que irá ter peso negativo.

No que respeita à carne de suíno, o acordo com o Canadá prevê um contingente de importação de 75.000 toneladas a que se junta o contingente actual de 5.500 toneladas, perfazendo um total superior a 80.000t sem taxas aduaneiras. Esta situação vai trazer muitos problemas à suinicultura europeia, uma vez que os hábitos alimentares são diferentes no Canadá, onde o entrecosto é a peça mais valorizada no

porco e as pernas têm pouco valor, pelo que poderemos vir a ser invadidos por pernas que são as peças de carne preferidas na Europa.

#### Indicações Geográficas:

No que respeita às Indicações Geográficas Europeias (DOP e IGP), o acordo com o Canadá é positivo muito embora não seja o ideal. De facto, 145 DOPs/IGPs Europeias serão reconhecidas neste país com um nível de protecção que corresponde à do Art.º 23 do TRIPS. No entanto, a protecção de certas DOP/IGP estará sujeita a algumas limitações e 5 produtos verão autorizado o uso da menção “estilo” em conexão com os nomes correspondentes para entidades que já utilizavam esses nomes no Canadá.

O CETA protege apenas cerca de 4 % das IGs Europeias (embora este número possa vir a aumentar de futuro). A protecção jurídica é feita ao abrigo do art.º 23 do TRIPS, sendo menor do que a protecção jurídica existente ao nível da União Europeia.

#### Impactos na sociedade civil:

É fundamental que o comércio esteja ao serviço das pessoas e respeite os limites colocados pelo sistema terrestre.

O acordo do CETA não contribui para a promoção de uma sociedade sustentável.

Para o sector agrícola, este acordo pode vir a colocar ainda uma maior pressão sobre os produtores e sobre os preços, reduzir a capacidade de se privilegiar o consumo de produtos locais e nacionais e levar a uma estagnação ou mesmo a um retrocesso na protecção da saúde humana e do ambiente.

Não está em causa ser contra o comércio, mas ser a favor de um comércio justo.

## NEGOCIAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA COM OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As negociações da União Europeia com os Estados Unidos da América para um Acordo Comercial - Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (Transatlantic Trade Investment Partnership) – TTIP, estão na fase de discussão com vista a um acordo.

Entre outros, destacam-se como objectivos das negociações, entre os dois blocos de comerciais, o acesso aos Mercados, cooperação regulamentar e regras.

No sector agrícola e agroindustrial este acordo é tanto mais importante quando estamos perante os dois maiores produtores mundiais de alimentos e com muitas dúvidas sobre o que este acordo poderá trazer para a agricultura e agroindústria europeia. Estamos, de facto, perante dois modelos agrícolas muito diferentes, quer em termos de escala, quer em termos de organização industrial, que poderão hipotecar o

futuro dos produtores europeus e, evidentemente, dos portugueses, com estruturas produtivas menos desenvolvidas e mais sensíveis à competição com as fortes estruturas americanas.

De facto, o TTIP pode representar um sério desafio à sobrevivência do sector agrícola europeu e nacional e foi por isso fundamental a discussão aberta e clara sobre os impactos sectoriais esperados para Portugal com um futuro acordo.

As negociações começaram em Junho de 2013, tendo decorrido desde então várias rondas, a última das quais decorreu em Julho de 2016.

No passado dia 23 de Setembro, em Bratislava, na Eslováquia, decorreu um encontro informal dos Ministros responsáveis pelo Comércio da UE para discussão da agenda comercial, que inclui o seguimento das negociações com os EUA. A próxima ronda, de carácter mais técnico, está prevista realizar-se em Outubro, em Nova Iorque.

As eleições nos Estados Unidos, em Novembro de 2016, com o fim do mandato de Obama, em 20 de Fevereiro de 2017, e mesmo algumas eleições na Europa, poderão condicionar os contornos do acordo.

Prevê-se que o acordo inclua:

- Eliminação de tarifas em produtos industriais e manutenção de produtos sensíveis para alguns bens agrícolas; cooperação regulamentar com mecanismos para lidar com as diferenças de regulamentação sobre produtos alimentares e não alimentares; liberalização dos serviços; contratos públicos, um novo sistema de resolução de litígios de estado/investidor; os regulamentos base que protegem a saúde e a segurança das pessoas, os seus direitos como consumidores e o ambiente não poderão ser mudados. As negociações sobre as questões centrais para chegar a um acordo, ainda não começaram verdadeiramente, nomeadamente a eliminação de tarifas de produtos sensíveis, os contratos públicos, as indicações geográficas e a segunda fase do acordo, no concernente ao vinho, às questões sanitárias e fitossanitárias, bem como à biotecnologia.

Para o Governo nacional, representado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério da Agricultura, os acordos comerciais de natureza bilateral, nomeadamente os denominados acordos de terceira geração, “acordos de comércio livre”, têm uma importância crescente nas negociações da agenda externa da UE com países terceiros.

É importante reafirmar a importância geoestratégica de Portugal, no contexto Atlântico, uma vez que beneficia de um posicionamento que deve ser aproveitado e valorizado, capitalizando esse facto como plataforma de excelência no cruzamento de três continentes, Europa-América- África.

Segundo o Governo, o comércio agroalimentar entre Portugal e estes dois mercados atlânticos, nomeadamente com os EUA, tem um grande potencial de crescimento, mas não deveremos esquecer os impactos negativos que este acordo poderá trazer para alguns sectores produtivos nacionais, como foi debatido no seminário.

Da perspectiva dos sectores agrícolas/agroalimentares, foi referido:

Leite e produtos lácteos:

Na sequência da última reforma da PAC, foi retirada a fixação de um preço de referência para o leite, tendo a rede de segurança vigente colocado esse valor ao nível dos 0.21centimos/litro, valor muito abaixo dos custos de produção. Assim, podemos afirmar que os produtores de leite comunitários estão totalmente orientados para o mercado e o apoio existente para o sector está dentro dos limites da denominada caixa verde da OMC.

Desta forma, é com muita desconfiança que se assiste à implementação nos EUA do denominado “Programa de protecção de margens do sector leiteiro” e o impacto que tal terá ao nível da concorrência com os produtores de leite comunitários é altamente preocupante.

No que se refere ao acesso ao mercado, há uma preocupação quanto às taxas aduaneiras, uma vez que os produtos lácteos são dos mais onerados nas importações para os Estados Unidos (entre 20% e 93%). Sublinhamos o exemplo da manteiga, onde os preços, nos EUA são 50% superiores ao da UE, mas as taxas alfandegárias são um entrave significativo ao comércio

Finalmente, no que diz respeito às barreiras sanitárias e fitossanitárias, as questões são de grande relevância, desde a utilização de substâncias proibidas na UE (somatrofina e hormonas), das restrições dos EUA às importações de produtos elaborados a partir de leite cru, ao não reconhecimento da UE como uma única entidade, ou a questão das denominações de origem.

#### Pecuária:

##### Carne de bovino

No Acordo com os EUA, sendo estes o maior produtor mundial com custos de produção bastante inferiores aos europeus, devido à utilização de factores de crescimento e antibióticos proibidos na Europa, a abertura de qualquer contingente será muito negativa para a produção europeia.

Continua por resolver um problema muito importante relativo a barreiras não tarifárias que continuam a existir. Os EUA tiveram o seu mercado fechado à carne Europeia devido à BSE, tendo-o aberto recentemente apenas para a Irlanda, Holanda e Lituânia. O mercado americano paga bem a carne de elevada qualidade e é fundamental que as nossas autoridades negociem rapidamente a abertura deste mercado à nossa carne. Os EUA não podem querer ter acesso a um mercado para exportação, de carne de bovino, de 28 países e apenas importarem de 3.

##### Carne de suíno:

Com o TTIP prevê-se que as quantidades oferecidas pela UE sejam superiores às do Canadá, com os mesmos problemas relativos à legislação de bem-estar animal e meio ambiente, muito mais restritiva na UE. Para além disso, outro problema grave existente é o uso da ractopamina, proibida na Europa, e que baixa consideravelmente os custos de produção.

Qualquer acordo com os EUA só trará problemas ao sector suínico em Portugal e na Europa.

##### Frutas e Hortícolas:

É fundamental um acordo equilibrado com as mesmas regras do jogo. O sector agrícola deve ser solidário neste acordo, não devendo haver compensação de perdas de alguns sectores com os ganhos de outros.

Em Portugal, o sector do concentrado de tomate exporta 95% da sua produção. Estima-se que o valor dos custos de produção de concentrado nos EUA seja bastante mais baixo do que a média na UE. O desmantelamento dos direitos de importação dos produtos provenientes da indústria do tomate, torna mais competitivas as exportações de produtos transformados dos EUA para a UE, pondo em causa a produção de tomate para indústria na UE e, evidentemente, no nosso país. É assim, fundamental salvaguardar este sector para que não seja posta em causa a sua viabilidade.

Actualmente, as regras para exportação de Pêra Rocha são inibitórias da exportação desta fruta para território Americano.

#### Produtos de qualidade:

Os EUA não querem reconhecer o sistema de protecção das Indicações Geográficas (IG's) europeias, não pretendem ter custos administrativos com a protecção *ex officio* das IGs e não consideram que os direitos dos consumidores americanos estejam a ser postos em causa pela utilização abusiva das IGs em produtos de imitação.

De facto, os EUA insistem em que muitas das IGs Europeias são semi-genéricas e designam apenas um "tipo" de produto.

Neste momento, não há acordo possível sobre a protecção das IGs Europeias.

É fundamental que em todas as futuras negociações da UE com países terceiros, exista um capítulo dedicado à protecção mútua das IGs Europeias e das IGs dos países terceiros. É fundamental que existam critérios nacionais transparentes sobre as IGs portuguesas a incluir nesses tratados.

#### Sector do vinho:

Apesar do mercado Americano ser um mercado importante, apresenta inúmeros problemas e constrangimentos que importa resolver nomeadamente ao nível da protecção aos produtos qualificados europeus, por forma a proteger os produtos europeus de imitações, devendo haver ainda um esforço na harmonização de standards, designadamente, na Agricultura Biológica.

#### Impactos na sociedade civil:

É fundamental que o comércio esteja ao serviço das pessoas e respeite os limites colocados pelo sistema terrestre.

O acordo do CETA não contribui para a promoção de uma sociedade sustentável.

Para o sector agrícola, este acordo pode vir a colocar ainda uma maior pressão sobre os produtores e sobre os preços, reduzir a capacidade de se privilegiar o consumo de produtos locais e nacionais e levar a uma estagnação ou mesmo a um retrocesso na protecção da saúde humana e do ambiente.

Não está em causa ser contra o comércio, mas ser a favor de um comércio justo.

Nas negociações é absolutamente necessário que a Europa assegure standards de produção e que a identidade europeia no sector agrícola e agroalimentar seja preservada. A Europa é uma referência em termos de produção e pretende-se que continue a ser.

- Nas negociações não se aceita que a agricultura e agroindústria sejam dadas como troca para outras concessões aos EUA, noutros sectores (serviços, contractos públicos, etc).



- Portugal pretende que os seus interesses sejam respeitados e tem interesses ofensivos, em diversos sectores, como aliás hoje constatámos neste seminário.
- Portugal é um país com muitas pequenas e médias empresas e serão estas as mais penalizadas.
- O Governo português deverá começar a estudar os hábitos de consumo do Canadá e dos EUA e estabelecer medidas de incentivo direccionadas para que as PME e as Cooperativas Agroalimentares se adaptem. Trata-se de uma função do Governo.
- Sugere-se que se defina uma estratégia para um período de 10 anos e se determine onde queremos que as nossas empresas estejam, isto é, como é que o seu objectivo se pode integrar na estratégia da União Europeia. Em Portugal, tem que haver uma estratégia para os investimentos agrícolas e agroalimentares nesse período, para o capital humano, para as infraestruturas e para a diversificação de produtos.

A UE está a analisar o impacto económico cumulativo na agricultura da agenda comercial europeia nos próximos 10 anos.

- Deveremos saber quais foram os pontos identificados pelo Governo português destes impactos e qual a sua estratégia para minimizar o impacto negativo e potenciar os benefícios para o sector agrícola e agroalimentar.

Este Seminário muito contribuiu para a clarificação, esclarecimento, reflexão e debate destes temas, extremamente actuais e que se revestem de máxima importância, dadas as consequências que poderão daí advir para o futuro do sector agrícola em Portugal e na União Europeia.

É função do Observatório estar atento, isto é, "Observar" no seu âmbito de acção, o que se passa ao nível da sociedade e agir, promovendo o debate, de forma independente.

Valeu a pena! O Observatório considera que cumpriu o seu objectivo.

Lisboa, 26 de Setembro de 2016

Maria Antónia Figueiredo  
Presidente do Observatório